

uma conciliação nacional sejam anistiados uns e marginalizados outros. E mais: perguntamos a todos, e a nós mesmos, o número de mortos e de desaparecidos e não se sabe ainda. No entanto, este não é o momento em que se devam reascender divergências. E nem mesmo perguntar — por mais evidente que seja a resposta — quem atirou a primeira pedra.

É o momento vital de falar, de gritar, em nome dos mais elementares princípios de respeito humano, aos sentimentos cristãos:

Chega de rancores!

Chega de ódios!

Paz!

Anistia ampla, geral e irrestrita."

Assinam o documento Regina Duarte, Antônio Fagundes, Glória Menezes, Tony Ramos, Guarnieri, Nicete Bruno, Moacir Franco, Tônia Carrero, Fernanda Montenegro, Bruna Lombardi e mais 700 artistas brasileiros.

**O Sr. Gerson Camata** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder.

**O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio)** — Tem a palavra o nobre Deputado.

**O SR. GERSON CAMATA (ARENA — ES. Sem revisão do orador)** — Sr. Presidente, a honrada Oposição, dentro do direito que lhe assiste, volta ao plenário com o seu chavão da semana. Diante de tanta repetição, é necessário que se diga, mais uma vez, que o projeto de anistia que o Governo encaminhou ao Congresso Nacional é muito mais amplo que o primeiro, elaborado pelo próprio Movimento Democrático Brasileiro.

Apenas por ser Oposição, e para divergir do Governo, o MDB prepara um substitutivo a esse projeto, substitutivo que pretende seja mais amplo do que a iniciativa governamental, e bem mais amplo do que aquela que originariamente a Oposição encaminhou à Casa. Avançou alguns passos, seguindo a posição que o Governo tomou, de uma anistia mais ampla do que aquela que o partido oposicionista oferecia ao País. Entretanto, é necessário que se diga e se proponha à meditação dos brasileiros que uma pesquisa de opinião pública realizada nas principais cidades brasileiras, por órgãos da imprensa nacional, demonstra a expressiva maioria da opinião pública contrária à concessão da anistia àqueles que cometem os chamados crimes de sangue. Que se analise o trabalho divulgado também na imprensa nacional sobre o tratamento que a legislação de vários países democráticos dá aos crimes contra a vida e ao terrorismo, bem mais rígido que o da própria legislação brasileira. Que se medite principalmente sobre a narrativa, que se ouviu há poucos dias, do jornalista brasileiro que trazia ao nosso conhecimento a revolta da opinião pública da capital espanhola, no domingo passado, sacudida por uma onda de atentados de terrorismo que matava 4 inocentes e feria 94 trabalhadores que, numa manhã de domingo, cometiam o "crime" de visitar parentes nas estações ferroviárias de Madrid. Ainda no jornal de hoje lemos, de forma candente, a opinião do Primeiro Ministro do Governo espanhol, Adolfo Suárez, que sem poder escapar à armadilha quase solerte para levá-lo a pronunciar-se sobre a anistia brasileira, dizia que a anistia ampla — e a Espanha tem treino e prática nisso era uma trampa, uma armadilha, porque os terroristas anistiados lá estão a colocar bombas, a sacudir e a banhar de sangue seu país.

O projeto do Executivo timbra pela responsabilidade do Governo brasileiro para com a comunidade. Objetiva, realmente, pacificar a família brasileira, porque abre, através de diferentes meios, a possibilidade de sua ampliação. Mas o Governo tem que dar os seus passos pisando firme, porque os dá em nome da imensa maioria do povo.

**O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio)** — Nos termos do inciso IV do art. 10 do Regimento Interno, concedo a palavra ao Sr. Fernando Lyra, indicado pelo Líder do Movimento Democrático Brasileiro.

**O SR. FERNANDO LYRA (MDB — PE. Como Líder. Sem revisão do orador)** — Sr. Presidente Srs. Deputados, chegou a esta Casa em 1971. Se vivemos hoje a época da ditadura relativa, quando aqui chegou havíamos saído — e as seqüelas eram ainda muito grandes — da ditadura absoluta que varreu o País com a violência, a tortura, a morte, os banimentos.

Em 1971 iniciávamos, nesta tribuna, a grande luta do povo brasileiro — e nesta hora recordo a figura do nosso grande Líder daquele momento o saudoso Deputado Pedroso Horta, que comandava, na Liderança do MDB, uma luta pelos direitos humanos, que, para a maioria desta Casa, naquela época, era uma luta inconsequente, uma luta inglória, uma luta daqueles que não têm o que fazer.

Ontem, nesta Casa, eu revi D. Eunice Paiva, hoje advogada, lutando ainda para que o Governo mande dizer à sua família onde se encontra a figura corajosa de patriota do ex-Deputado Rubens Paiva. E, quando revi D. Eunice, embora entendendo seu sofrimento de tantos e tantos anos, invadiu-me um sentimento de gratificação. Gratificação pela luta indormida da Oposição, que hoje vê o Governo dobrar-se à manifestação do povo brasileiro, a dizer: "Queremos liberdade com anistia ampla, irrestrita, uma anistia capaz de pacificar a família brasileira." Conquista nossa, conquista do povo brasileiro; anistia ampla, geral e irrestrita haverá de ser a bandeira maior deste País, para que, depois, juntamente com aqueles que se incorporaram novamente à sociedade brasileira, recomece a luta pela extinção da legislação de exceção, para culminar com um novo pacto social capaz de pacificar este País, que é, sem dúvida alguma, a Assembléa Nacional Constituinte. (Muito bem!)

Pois bem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, venho a esta Casa, hoje, gratificado, em parte, por sentir que a luta da Oposição — aquela luta que era de uns poucos em favor da maioria — transforma-se, hora a hora, na luta do povo brasileiro, que não suporta mais o obscurantismo, que não suporta mais ver compatriotas seus dentro das prisões por crimes, como ouvi há pouco, da Liderança da ARENA, cognominados de sangue, numa mistificação que faz com que a Liderança da Maioria abuse da inteligência dos outros, ao invocar aqui a figura maior da Espanha de hoje, Adolfo Suárez, afirmando que o Primeiro Ministro espanhol diz que não adianta dar anistia a terroristas, porque eles voltam a fazer terrorismo. Que distorção nas palavras de S. Ex.<sup>a</sup>, que mistificação! Quando daquele grande gesto de pacificação nacional espanhola, através da anistia ampla, geral e irrestrita decretada pelo Congresso espanhol, eu fui testemunha ocular — quando lá, naquela hora, anistiavam-se todos os punidos e todos aqueles que tinham sido direta ou indiretamente punidos pelo regime franquista — naquela hora, aí sim, as forças democráticas, depois da anistia ampla, geral e irrestrita, reuniram-se e proclamaram: "A partir de agora, com a implantação do regime pleno democrático, aí sim, atos dessa natureza serão crimes comuns". E diziam os componentes do Parlamento espanhol: "Mas hoje nós estamos anistiando todos aqueles que optaram pela luta armada contra a ditadura franquista, sanguinária, violenta e inconsequente", e aqui nós vamos anistiar não terroristas. O Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional que analisa o projeto de anistia já definiu cristalinamente e já proclamou que no Brasil não existem terroristas presos, mas sim presos políticos. E o que a ARENA vem dizer, neste Casa, hoje? Que não adianta anistiar porque eles repetirão os mesmos gestos. Pergunto aos entendidos em Direito Penal, nesta Casa, que seria da Justiça se toda a vez em que fosse julgado inocente pelo Tribunal do Júri o preso voltasse a cometer o mesmo crime? No mundo, ninguém mais seria absolvido, porque repetiria o crime.

**O Sr. Octacílio Queiroz** — Nobre Deputado, creio que já é tempo de desmistificar essa exploração relativa à nobre República da Espanha e ao Brasil. É evidente, como V. Ex.<sup>a</sup> já expôs, que houve, na verdade, uma luta tremenda contra a ditadura de Franco na Espanha, mas, ao lado disso, existe, realmente, uma luta crônica, que data de 150 anos, na Península Ibérica, precisamente na Espanha, que é a luta do povo basco, que fala língua diversa do Espanhol, que tem salários maiores do que os dos espanhóis. É uma luta secular de redenção e não se compara, absolutamente, com o aspecto episódico da luta que aqui houve. Quando a ARENA, muitas vezes, levanta sua voz para comparar esses dois aspectos, parece até que, com essa mistificação, está-se procurando fazer uma poética de vingança de banqueiros, àquele tempo, porque, na verdade, não houve, no Brasil, esse terrorismo crônico a luta da República do povo basco — pelos bascos assim reconhecida — não tem semelhança com a questão episódica do povo brasileiro. Há a necessidade urgente de desmistificar esta exploração e de mostrar que aquela luta do povo basco tem seus aspectos patrióticos, seus aspectos regionais, parecendo com as lutas que já existiram aqui no Brasil à época dos holandeses, por exemplo, quando a guerrilha era constante contra o domínio alienígena. Desmistifiquemos essa mentira, esse engodo, para a nobreza deste Parlamento e para a expressão legítima da verdade que deve aqui repousar perante nós, os representantes do povo brasileiro. Aqui, houve apenas um episódio de jovens brasileiros, muitas vezes acossados pela repressão brutal e sanguinária, em legítima defesa contra as torturas ocorridas, talvez superior até aos tempos passados da inquisição, em que torturadores, com a implantação de métodos os mais violentos e sanguinários, mancharam a nossa história com este repositório vil de massacre e destruição de jovens idealistas brasileiros, muitas vezes inspirados pela figura extraordinária de Che Guevara.

**O Sr. Cantídio Sampaio** — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. FERNANDO LYRA** — Em seguida concederei.

Nobre Deputado Octacílio Queiroz, agradeço o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>, que inclusive o ilustra com fatos históricos, narrando e invocando

Agosto de 1979

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção I)

Quinta-feira 9 7661

o problema basco, que realmente fundamenta todo aquele raciocínio da luta espanhola.

Mas, antes de ouvir a Liderança da ARENA, quero chamar a atenção da Casa para que não fiquemos apenas na análise dessa anistia mesquinha, que deixa presos na cadeia, que deixa de lado não somente os presos políticos, mas também os funcionários públicos aposentados pelos atos de arbitrio, deixa de lado os estudantes, punidos por uma legislação ditatorial, hoje já incorrada no regimento das universidades; deixa de lado os militares punidos pela Revolução, pelo movimento político-militar de 64; deixa de lado, enfim, todas essas outras categorias, mostrando claramente — e isso o Senador Teotônio Vilela tem, reiteradas vezes, demonstrado, através de entrevistas, através de pronunciamentos sobre esse projeto de anistia que o Governo mandou para cá e quer aprovar a todo o custo — que ela traz para o convívio da sociedade apenas 10% dos punidos pelos atos de exceção e pela legislação de força implantada neste País a partir de 1964.

Para que a Liderança da ARENA não se apegue apenas aos presos políticos, àqueles que não vão sair das mazmorras da ditadura, enquanto outros companheiros seus são anistiados, numa contradição pura de um regime casuístico, queremos conscientizar o País de que estamos lutando por uma anistia ampla, geral e irrestrita que reintegre todos à sociedade, porque não entendemos outra forma de pacificação nacional, como força maior para se iniciar o processo de democratização.

Ouço o nobre Líder da ARENA, Deputado Cantídio Sampaio.

**O Sr. Cantídio Sampaio** — Nobre Deputado Fernando Lyra, V. Ex.<sup>a</sup> começou seu discurso lembrando uma das figuras mais caras a este Parlamento, um meu co-estaduano que deixou na Casa, saudade, admiração e fez história. Estamos de pleno acordo com sua luta, nossa luta. Mas, como tenho dito e reafirmo, a Revolução de 1964 teve um escopo e o realizou plenamente. Ela nunca se apresentou ao País — nos instantes em que, por circunstâncias conhecidas de todos, foi obrigada a baixar atos institucionais e restabelecer regimes de exceção — como fator de uma democracia ampla. Sempre se disse a verdade. E cada um desses atos institucionais, que culminaram no Ato Institucional n.<sup>o</sup> 5, teve suas razões. Entretanto, a revolução nunca se desquitou da sua idéia central, o restabelecimento das franquias democráticas neste País. Lembra-se V. Ex.<sup>a</sup> da tentativa de Humberto de Alencar Castello Branco, como se extremou S. Ex.<sup>a</sup> em dar uma Constituição a este País. E mercê das desordens generalizadas, seqüestros...

**O SR. FERNANDO LYRA** — Os seqüestros vieram depois do AI-5.

**O Sr. Cantídio Sampaio** — ... bombas e outros excessos que bem conhecemos, S. Ex.<sup>a</sup>, com toda a sua índole democrática, foi obrigado a baixar o AI-2, mas fez questão de dar-nos, e nos deu, a Constituição de 1967. Logo depois de restabelecida a democracia, assistimos aos mesmos espetáculos, ao mesmo vandalismo aos princípios e à ordem democrática, aos mesmos seqüestros, às mesmas arruaças, fatos que determinaram o advento do AI-5.

**O SR. FERNANDO LYRA** — E não foi o caso do Deputado Márcio Moreira Alves?

**O Sr. Cantídio Sampaio** — Excelência, a História está aí. Não adianta queimar etapas da análise para fazer afirmações que não encontram respaldo na História recente deste País. Sabe V. Ex.<sup>a</sup>, como sabe toda a Nação, que o Governo não foi obrigado a dobrar-se. O Governo cumpriu apenas o designio revolucionário de devolver a democracia a este País. Não queira V. Ex.<sup>a</sup>, nem outros membros da Minoria, imitar o galo de Chanteclair, que pensava que o sol só nascia porque ele cantava. Na verdade, o Presidente Ernesto Geisel preparou este País para a democracia e deu os primeiros passos, conforme a promessa que tinha para com a Nação. E, nesse sentido, vamos caminhando. A proposta de anistia apresentada pelo Presidente Figueiredo é a prova mais recente desse desmembramento democrático que o País, graças à fidelidade dos chefes revolucionários, testemunhou nesses últimos anos. Essa anistia, sem ser irrestrita, pode não satisfazer algumas correntes de opinião mais comprometidas com as esquerdas neste País. Mas, na verdade, V. Ex.<sup>a</sup> não pode negar que o Ministro espanhol disse o que a Liderança da ARENA ainda há pouco repetiu, ou seja, que a anistia irrestrita não se provou como conveniente naquele País. Não se sofisme com o problema dos bascos, porque não se provou o mesmo também aqui. E na Argentina mamonteros foram libertados, tirados do cárcere, a democracia foi restabelecida de forma ampla naquele País, mas logo nos primeiros dias ocorreram atos de terrorismo que levaram aquela Nação novamente a um regime militar. Aí estão as razões históricas que ditam os cuidados na limitação dessa anistia, porque, em primeiro lugar, o Governo da Revolução, o Governo do General Figueiredo encara não emocionalmente, mas com muita objetividade os interesses maiores da ordem pública e da paz deste grande País.

**O SR. FERNANDO LYRA** — Deputado Cantídio Sampaio, V. Ex.<sup>a</sup> prova que é coerente. Essa justiça eu sempre fiz a V. Ex.<sup>a</sup>

**O Sr. Cantídio Sampaio** — E eu a V. Ex.<sup>a</sup>, também.

**O SR. FERNANDO LYRA** — V. Ex.<sup>a</sup> defende hoje o Governo como o defendia há oito anos.

**O Sr. Cantídio Sampaio** — E como defenderei sempre.

**O SR. FERNANDO LYRA** — E como defenderá sempre, como V. Ex.<sup>a</sup> está dizendo. Pois bem. Mas V. Ex.<sup>a</sup>, ao ser coerente na defesa do Governo, é incoerente na sua análise, porque, à medida que o povo avança, V. Ex.<sup>a</sup> tem que modificar a justificativa dos atos do Governo. Antigamente, V. Ex.<sup>a</sup> explicava o terrorismo oficial com os seqüestros. V. Ex.<sup>a</sup> justificava as torturas, ou as explicava — ou tentava explicá-las, aqui — muitas e muitas vezes — e não digo V. Ex.<sup>a</sup>, mas a Liderança do Governo — com argumentações totalmente diferentes das atuais. Hoje, já avançamos muito. Para provar que a luta e a conquista pertencem ao povo e que a nossa coerência é mais coerente do que a do Governo, ficamos satisfeitos ao ver que, para explicar um voto contra a anistia irrestrita, V. Ex.<sup>a</sup> tem que buscar o exemplo da Espanha, porque aqui não há mais nenhum. V. Ex.<sup>a</sup> busca o regime da Espanha, numa distorção das palavras do Sr. Suarez. Se ele tivesse dito — certamente não o pôde por questões diplomáticas — que o exemplo espanhol serviria para o Brasil, V. Ex.<sup>a</sup>s nunca admirariam que exemplos externos nos servissem. V. Ex.<sup>a</sup>s buscam o exemplo externo apenas para justificar uma anistia restrita, não buscam o exemplo da Espanha para dizer que, para ser uma autêntica democracia, é fundamental convocar todo o povo, dar a mesma anistia que eles deram, fazer uma verdadeira reformulação partidária, não esta, mesquinhã, imposta de cima para baixo, deixando que todos os partidos se organizem, do partido comunista ao partido de direita, com toda a amplitude. Mas a interpretação que V. Ex.<sup>a</sup>s deram às palavras do Sr. Suarez não corresponde à verdade. Eu disse há pouco que, se todo criminoso comum, absolvido pe'a Justiça comum, voltasse a cometer outro crime, pelo raciocínio do Governo e da ARENA ninguém poderia ser absolvido, porque aquele que foi absolvido e volta a praticar o mesmo crime não merece jamais o perdão. E anistia é mais do que perdão. O Governo quer dar o aspecto de perdão para mercantilizar e negociar a anistia. O Sr. Ministro da Justiça diz que anistia é ampla — e toda a ARENA em coro o acompanha — porque ele quer negociar. O Ministro Petrônio Portella sempre foi homem de negociar através dos valores maiores dos outros.

**O Sr. Petrônio Portella** é um homem capaz de negociar com a liberdade, mas a liberdade dos outros. Ele é capaz de negociar os valores maiores da Pátria, talvez não por vontade própria, mas por obediência ao método do próprio Sistema que se implantou há muito tempo no País.

Deputado Cantídio Sampaio, antes de dar o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>, falei nas outras categorias que não serão anistiadas pelo projeto do Governo. Frisei o fato de propósito, porque sabia que V. Ex.<sup>a</sup> iria situar-se apenas nos presos políticos, o mais fácil, já que, através da mistificação, se tenta chamar e incriminar os presos políticos brasileiros de terroristas, quando não o são, como tão bem provou o Senador Teotônio Vilela.

**O Sr. Cantídio Sampaio** — V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. FERNANDO LYRA** — Antes de conceder o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>, eu gostaria de concedê-lo ao Deputado Elquissón Soares, que o solicitei anteriormente.

**O Sr. Elquissón Soares** — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, Deputado Fernando Lyra. Tentarei dar uma contribuição a V. Ex.<sup>a</sup>, que vem desenvolvendo brilhante raciocínio no sentido de rechaçar todas as tentativas que a ditadura vem fazendo de denominar os nossos presos políticos de terroristas. Se tivermos que admitir a argumentação expandida pela ilustre Liderança do Governo, haveremos de convocar o Governo para uma ligeira revisão em nossa História. Segundo pretende a Liderança governamental nesta Casa, são terroristas aqueles que empunharam armas contra o regime e contra o Estado. É evidente. Deputado Fernando Lyra, que o ódio e o desprezo que o regime ditatorial vota ao povo brasileiro é patente, de tal sorte que o General Figueiredo, ainda hoje, vem fazendo afirmações de que, se for necessário, ele enrijece e endurece o regime. Não importa, na verdade, a opinião pública para S. Ex.<sup>a</sup> E não importa porque S. Ex.<sup>a</sup> não serve à Nação brasileira, e sim a interesses internacionais, interesses alienígenas. Por isso teremos que convocar o Governo — a admitir a argumentação da Liderança da ARENA — para uma revisão em nossa História. Perguntaríamos, por exemplo, se são terroristas aqueles que empunharam armas contra o regime ditatorial de 1964 e os que empunharam armas em defesa do povo brasileiro. Em que situação ficaria o hoje tido como herói nacional, para muitos e certamente para a Liderança do Governo, o Brigadeiro Eduardo Gomes? Pelo que sei, S. Ex.<sup>a</sup> teria se insurgido contra um Governo legitimamente constituído em 1922, quando se apossou dos canhões do Forte Copacabana e não os voltou, na verdade, contra o Presidente Epitácio Pessoa, mas contra a população do Rio de Janeiro. Por esse ato — não se discute a sua coragem — hoje ele é tido pelo sistema como herói nacional. E como ficaria para o Governo

a legendaria figura do Marechal Cordeiro de Farias, que também empunhou armas contra um regime legitimamente constituído? Aceito que o regime seja coerente. Se terroristas são os que, armados, se levantaram contra o regime de 1964, é preciso que tenhamos a coragem de dizer que o pai do General Figueiredo foi terrorista, pois pegou em armas contra um regime legitimamente constituído após a Revolução de 1930. Se são terroristas os que lutaram contra a ditadura de 1964, resta perguntar à Liderança do Governo e à Nação, será que o General Figueiredo chegou à Presidência da República assim como todos os outros, de 1964 para cá, levando o João Goulart um buquê de flores e pedindo-lhe que deixasse a Presidência da República, ou confessam que o depuseram pelas armas? Então, longe de serem patriotas, segundo a definição que a Liderança da ARENA pretende dar ao terrorismo, todos eles foram terroristas, inclusive o General Figueiredo. É evidente que terror a Nação brasileira identifica no regime de 1964, desde o seu primeiro instante, de maneira irrefutável e concreta, com a edição do AI-5. Aí, sim, houve terror. A partir daquele ato, eles passaram a agir covardemente nos caboucos, contra homens indefesos, como ainda hoje fazem com os que estão presos. Deputado Fernando Lyra, se a Liderança da ARENA pretende fazer essa revisão em nossa história, para, ao lado dos que pegaram em armas contra o regime de 1964, enquadrar Eduardo Gomes, Cordeiro de Farias, o então Coronel Euclides Figueiredo e todos os Generais que chegaram ao poder após 1964 — porque todos pegaram em armas — haverá certa coerência, malgrado não aceitemos a sua argumentação. Estes são os fatos que temos de corajosamente levar às ruas, mostrando ao povo a incoerência desse regime, que, para se manter, pretende mais uma vez mistificar a nossa história.

**O SR. FERNANDO LYRA** — Deputado Elquissón Soares, V. Ex.<sup>a</sup> demonstra a coerência incoerente do nosso Governo.

Lembro ao Deputado Cantídio Sampaio que S. Ex.<sup>a</sup> se enganou quanto ao cronograma. Os atos de seqüestro e de terrorismo, à exceção de um, foram praticados a partir do AI-5, a partir da violência institucional de dezembro de 1968. Se não me falha a memória, o único ato terrorista praticado antes de 1968 foi exatamente o ocorrido na minha cidade, Recife, no Aeroporto dos Guararapes, quando uma bomba explodiu numa maleta, matando um militar e o poeta de Pernambuco, Edision Regis. O General Costa e Silva, que iria descer no Aeroporto dos Guararapes, coincidentemente, veio por terra, de João Pessoa a Recife. No aeroporto, porém, havia realmente muita gente esperando o então candidato à Presidência, quando a bomba explodiu. Ato de puro terrorismo, o qual não foi esclarecido, e não sabemos por que. Não conheço — não sei se a bancada da ARENA ou do MDB conhece — alguém que tenha sido preso ou punido por ter participado daquele ato, como não sei de nenhuma sindicância que tenha sido levada a efeito, com a objetividade de esclarecer esse ato terrorista que todos nós condenamos.

**O Sr. Cantídio Sampaio** — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. FERNANDO LYRA** — Antes, gostaria de esclarecer o problema do cronograma. Defende V. Ex.<sup>a</sup> o Governo há tanto tempo e com tamanha coerência, que pensa ser uma data só. Não é. Existe um cronograma: primeiro, a violência institucional; depois a violência armada; mais adiante, a ditadura absoluta e, agora, a relativa, na qual nos encontramos, felizmente, buscando os primeiros toques do regime democrático. Mas, para que seja ele democrático, Deputado Cantídio Sampaio, o fundamental, a pedra de toque, a pedra angular, a primeira coisa que se tem a fazer neste País é conceder uma anistia ampla, geral e irrestrita. No entanto, até agora, V. Ex.<sup>a</sup> só falou dos presos políticos. Não se referiu às pessoas, que se contam aos milhares, injustamente punidas por atos de exceção, que não serão beneficiadas pelo projeto do Governo, que está sendo analisado por uma Comissão Mista.

Numa hora, porém, em que se divulga a anistia, em que se fala em pacificação, o Sr. Relator da Comissão não tem vergonha de dizer pelos jornais — com aquela voz que Deus lhe concedeu — que dará seu parecer no dia 15, quando sabemos terem sido dirigidas à Comissão 150 emendas, quando sabemos que temos um substitutivo feito com zelo, com carinho, com idealismo e com patriotismo, sob o comando daquele que se tornou um dos grandes propagandistas da liberdade; que correu o Brasil todo; que foi, de cárcere em cárcere, ouvir os sofredores presos políticos; que ouviu os trabalhadores, os operários, os estudantes; que ouviu os militares, não só os do Exército, da Aeronáutica e da Marinha, mas também os da Polícia Militar do Estado de São Paulo, trazendo como subsídio as experiências e as aspirações de todo esse povo, incluindo-as no substitutivo encaminhado à Comissão Mista.

Depois, o Sr. Relator, descaradamente para vergonha de todos nós, vem dizer que o relatório sairá no dia 15, como se estivesse fazendo uma grande coisa, a não ser livrar-se da consciência pesada que o acompanhará até a morte, pois S. Ex. não possui, infe-

lizmente, a representatividade que deveria ter nesta hora, para sentir as aspirações do povo brasileiro, de toda a Nação, mesmo daqueles que, embora não entendam o que venha a ser uma anistia ampla, geral e irrestrita e o que ela representa em termos de pacificação nacional, apenas querem respirar neste País e sabem que, para inicio de conversa, para se falar em democracia, antes de mais nada, precisamos ter essa anistia ampla, essa anistia geral, essa anistia irrestrita. Não comprehendo como os membros da Comissão Mista do Congresso podem ouvir o que vêm ouvindo na tramitação desse projeto e se incrutar, como se fossem não sei o quê.

O General Figueiredo, outro dia, entrevistado pela "Veja", fez muito bem em dizer que o pessoal da ARENA, por antecipação, tenta adivinhar o que ele está pensando, para concordar com a Sua Exceléncia vai dizer. No meu entender, o General Figueiredo talvez não tenha podido, em seu improviso, resumir o que queria dizer; mas imaginar o que alguém está pensando, para dizer o que esse alguém gostaria que se dissesse chama-se subserviência prévia. Não fui eu, foi Sua Exceléncia que disse exatamente isso no Palácio do Planalto.

E o Sr. Ernani Satyro — cito o seu nome para que fique na História da vida brasileira — diz tranqüilamente: "Não vou receber a CNBB, a OAB, a ABI". O que ele pensa que são esses órgãos? Imaginárá, por acaso, que são órgãos de marginais? Mas domingo, ele e seus companheiros vão à missa. Esquecem-se de que a CNBB representa as aspirações dos católicos brasileiros, a OAB representa o pensamento jurídico desse País e a ABI, sem dúvida alguma, o pensamento liberal dos escritores brasileiros. São esses homens que querem dizer que vieram defender a democracia? Não. Eles mistificam, tentam enganar o povo, e não adianta conversarmos, a não ser com alguns. Não adianta querermos dizer que esse projeto não é do MDB, que esta luta não é da Oposição apenas, mas de toda a Nação brasileira, que quer ver o seu povo pacificado, com direito a aspirar à liberdade, uma liberdade profunda, radicalizada no consenso nacional, uma liberdade que no futuro nossa representar garantia e aprofundamento da democracia, para que nunca, a qualquer custo, possamos retroceder, como tem acontecido no decorrer da nossa vida democrática.

É por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados que aqui estou — como estive há oito, dez ou doze anos passados — conversando com os companheiros da ARENA, esperando que S. Ex.<sup>a</sup> se sensibilizem e se alertem e digam: "Basta. É fundamental iniciarmos vida nova, e nada mais sério, mais honesto e profundo que começarmos por uma anistia que pacifique a todos."

Não entendo como um homem que se diz representante do povo possa ter a coragem de ser Relator de uma Comissão que seria da pacificação nacional, sabendo que, quando aprovado o seu projeto, no outro dia, milhares de pessoas não serão beneficiadas, que os trabalhadores estarão em situação pior do que antes, enganados pelo canto da sereia. O que pensará ele, na hora em que os operários se sentirem logrados, da mesma forma que os funcionários públicos e aquelas famílias dos militares, verdadeiros mortos-vivos? O que dirão essas pessoas? O que pensará esse Relator? Com que coragem olhará para seus filhos, para sua família, sabendo que, após ouvir todo o povo, todos aqueles que se interessam pela anistia todos os punidos, por culpa sua por omissão, por subserviência, elaborou um parecer que vai deixar nas masmorras presos políticos que não cometem terrorismo, mas sim, foram levados à luta armada pela violência de um regime que institucionalizou a tortura, o banimento e a morte? Esse meu desabafo vem da alma, de um jovem que luta pela democracia, que abomina o terrorismo, mas que respeita todas as formas de ação, inclusive aquelas que visam combater o terrorismo oficial e a ditadura, nesta hora e nesta Pátria. Este é um Governo contraditório, inconsequente, que demagogicamente repudia a ditadura de Somoza e reconhece a Frente Sandinista. Portanto, reconhece a luta armada contra o poder armado, ao mesmo tempo em que envia ao Congresso Nacional um projeto discriminatório, capenga, mesquinho, retraído daqueles que querem manter-se no poder.

Deputado Cantídio Sampaio, quando V. Ex.<sup>a</sup> retrucou que a anistia não era uma conquista do povo, mas uma vez se contradisse na sua coerência. Nossa luta pela anistia é uma conquista do povo. O General Figueiredo enviou a este Congresso o projeto da anistia porque não aguenta mais as pressões do povo, e a razão fundamental por que assim agiu prende-se muito mais à sua manutenção no poder que propriamente à pacificação nacional.

Permita-me fugir um pouco do assunto: hoje se fala na demissão desse camelô da esquina do Ouvidor, que é o Sr. Shigeaki Ueki. Já se fala nisso porque o povo não aguenta mais as suas inverdades. Daí razão de ser deste discurso, que há tanto tempo gostaria de fazer, exatamente para mostrar que este Governo é mesquinho, e os outros também. Eis aqui o jornal, que diz que Sr. Shigeaki Ueki dançará num barril de petróleo — demagogia — arata de um camelô da rua do Ouvidor. Fatos como esse, Deputado Cantídio Sampaio, representam a conquista do povo.

**O Sr. Cantídio Sampaio** — Obrigado.

Agosto de 1979

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção I)

Quinta-feira 9 7663

**O SR. FERNANDO LYRA** — Vontade V. Ex.<sup>a</sup> teve de ser Senador, mas o Amaral Furlan realmente conseguiu mais do que V. Ex.<sup>a</sup> Eu gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> fosse eleito diretamente.

**O Sr. Cantídio Sampaio** — Muito obrigado.

**O SR. FERNANDO LYRA** — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a conquista é nossa, a luta é nossa. Quando digo nossa, não me refiro ao MDB, mas ao povo brasileiro. Haveremos de conquistar a anistia ampla, geral e irrestrita, e prova disso é que o Governo já começa a falar em indulto. Por que indulto? Voltemos à análise anterior: porque o Sr. Petrônio Portella é mercantilista, e indulto é negócio unilateral, não é um contrato de esquecimento, tal como a anistia. Portanto, meus companheiros, Deputados do MDB e da ARENA, eu queria ter a felicidade de poder ver este Congresso, que luta desesperadamente para recuperar as suas prerrogativas, aproveitar a oportunidade oferecida pelo Presidente Figueiredo para se redimir. E vejo, daqui de longe, aquela figura magnífica de jurista, de homem público liberalista que é Djalmão Marinho, que há tanto tempo luta para que o Congresso readquira as suas prerrogativas. Que oportunidade grandiosa para isso temos agora. Quando o Governo nos envia um projeto capenga, nós, com a autoridade que Deus nos deu e o povo consentiu, poderíamos conseguir, de uma rajada só, aquilo com que tanto sonhamos, que é a volta às prerrogativas. A prerrogativa é nossa: vamos emendar este projeto, fazer com que, através dele, o Congresso Nacional volte a ser o delegado do povo brasileiro. O povo brasileiro quer democracia. Ora, só alcançaremos democracia e liberdade se tivermos anistia ampla, geral e irrestrita, se conseguirmos a abolição de toda a legislação de exceção e, posteriormente, a convocação de todo o povo brasileiro para uma Assembléia Nacional Constituinte, a fim de iniciarmos nova vida. Sou um homem de fé. Tenho tanta fé que nada me esmorece nesta luta. Quando falo, não o faço da boca para fora: tenho fé na sensibilidade, na brasiliade, no espírito pacificador do povo brasileiro. E a oportunidade nos foi dada: quebremos os grilhões, façamos com que o General Figueiredo sinta que este Congresso começa a ter a liberdade que ele diz que deve ter. E Senhores da ARENA, não procuremos imaginar o que ele está pensando para dizermos o que ele quer. Façamos o que a nossa consciência nos dita, façamos com que o povo brasileiro sinta orgulho do seu Congresso Nacional. Minha maior felicidade não seria chegar à minha terra, junto aos meus amigos, e meu avô me dizer: "Você cumpriu o seu dever, estamos satisfeitos". Não. Minha maior felicidade seria eu sair um pouco do MDB e meu povo poder dizer: Gracas a Deus, o Congresso Nacional voltou a ser livre. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

Durante o discurso do Sr. Fernando Lyra, o Sr. Flávio Marcião, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Homero Santos, 1º-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Homero Santos)** — Nos termos do inciso IV do art. 10 do Regimento Interno, concedo a palavra ao Sr. Cantídio Sampaio, indicado pelo Líder da Aliança Renovadora Nacional.

**O SR. CANTÍDIO SAMPAIO (ARENA — SP. Como Líder. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, impressionante a apóstrofe com que o ilustre Deputado Fernando Lyra encerrou seu discurso. Convoca-nos a todos, neste Congresso, a votar com liberdade, mas uma liberdade que tem um conceito peculiar para S. Ex.<sup>a</sup>: a liberdade de voto que confere S. Ex.<sup>a</sup> a seus adversários políticos é votar segundo os padrões defendidos, arraigadamente, pelos chamados autênticos do MDB. Se lhe fizermos a vontade, estaremos sendo democratas, estaremos cumprindo o nosso dever para com a Nação; se discordarmos, estaremos traindo nossos mandatos, estaremos faltando à expectativa popular.

Ora, Sr. Presidente, S. Ex.<sup>a</sup>, que não foi mal aquinhoadado, no que tange à entonação, embora pretenda dar o prêmio ao eminente Deputado Ernani Satyro, na realidade, produzir um discurso cheio de lugares-comuns de Oposição. Não inovou. Não serve à Oposição — e eu salientei, novamente, a uma parcela da Oposição — o Projeto de Anistia encaminhado ao Congresso pelo eminentíssimo Presidente João Baptista Figueiredo. O projeto não atende às aspirações do povo brasileiro, na linguagem do ilustre Deputado. Creio que falece a S. Ex.<sup>a</sup> o direito de chegar a esta conclusão, tão peremptória. Como pode S. Ex.<sup>a</sup> afirmar assim, temerariamente, que o povo brasileiro discorda fundamentalmente da anistia apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República?

**O Sr. Elquiçson Soares** — Como poderia negar V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CANTÍDIO SAMPAIO** — Ainda há poucos dias, aqui discutimos este mesmo problema, talvez com pouco menos gritaria e mais equilíbrio. Um ilustre Deputado da Oposição fez uma análise completa de um levantamento de opinião pública realizado pela revista *Veja*. Não houve ângulo que S. Ex.<sup>a</sup> não detalhasse, não glosasse. Apenas descurou um único dado, um único indicador, um único resultado, aquele que registrava que 62% do povo

brasileiro é absolutamente contrário à concessão da anistia aos terroristas. Não foi feito pelo Governo esse levantamento, mas por uma revista independente, que, ao tempo da censura, muitas e muitas vezes teve suas edições recolhidas, que não tinha nenhum interesse em homenagear o Presidente da República com uma informação desta responsabilidade.

Mas não seria de mister invocar o levantamento dessa aguerrida revista. Somos homens que vivemos em contato com a população brasileira. Nenhum de nós se tranca no seu escritório e se divórcio do seu eleitorado.

**O Sr. Elquiçson Soares** — Só o Sr. Said Farhat.

**O SR. CANTÍDIO SAMPAIO** — E creio que, a não ser por motivos de colocação político-partidária, qualquer um de nós poderia, categoricamente, afirmar que a maioria do povo brasileiro quer paz, quer tranquilidade, quer clima de ordem e de trabalho, e, portanto, abmina a subvenção e o terrorismo. Consciência pública esclarecida, que lê, que observa, que ajuiza, que conclui e que sabe perfeitamente que a instituição do terrorismo não se localiza no Brasil. Ela tem raízes e comando internacional...

**O Sr. Fernando Lyra** — E a OLP?

**O SR. CANTÍDIO SAMPAIO** — ... e não pode, ainda que o desejasse, ficar inerte e deixar de levar avante a sua tarefa sinistra principalmente de desestabilizar as nações que lutam contra as vicissitudes econômicas deste estágio de nossa História. O MDB a todo instante reúne o seu partido e procura aferir a opinião dominante em seu meio.

**O Sr. Fernando Lyra** — Porque é um partido.

**O SR. CANTÍDIO SAMPAIO** — Sinceramente, gostaria de assistir a um desses conclave...

**O Sr. Fernando Lyra** — V. Ex.<sup>a</sup> está convidado.

**O SR. CANTÍDIO SAMPAIO** — Excelência, eu ouvi o seu discurso com respeito. Se V. Ex.<sup>a</sup> me conceder a mesma graça, eu lhe ficarei muito agradecido.

Como dizia, queria que o MDB se abalancasse a fazer, entre os seus membros nesta Casa, um levantamento de opinião a respeito do Projeto de Anistia, mas secretamente, e não publicamente. Secretamente, para que aqueles que são por vezes dominados pela corrente de opinião que se aferra em comprimir os pontos de vista espontâneos de seus colegas pudesssem manifestar-se com liberdade. Nunca vi, por exemplo, alguém pedir plebiscito nacional a esse respeito, porque tenho absoluta certeza, como a temos todos nós, pelo que aferimos em contato com o povo brasileiro, de que mais de 80% da opinião nacional são absolutamente contrários à tese da anistia irrestrita.

**O Sr. Edison Khair** — V. Ex.<sup>a</sup> me concede o aparte?

**O SR. CANTÍDIO SAMPAIO** — Com prazer.

**O Sr. Edison Khair** — Na realidade, diante das estatísticas citadas por V. Ex.<sup>a</sup>, de que 62% do povo brasileiro estariam contra a concessão de anistia a terroristas — embora não possa saber exatamente os dados em que são louvadas — posso até dar razão a V. Ex.<sup>a</sup>, porque não existem terroristas nos cárceres políticos brasileiros. Nos cárceres políticos brasileiros, nas masmorras da ditadura existem jovens idealistas que empregaram a luta armada para se opor a um Governo ilegítimo e está mesmo inserido, se não na Declaração dos Direitos do Homem, pelo menos nas Constituições dos países democráticos, que é dever fundamental e primeiro de qualquer cidadão rebelar-se, por quaisquer meios contra governos ilegítimos que empolguem o poder. E até neste arremedo de Lei maior que existe no País até nestes embros de Constituição ainda restantes nesta infeliz Pátria ainda existe um artigo, se não me engano o 1º, que diz que "todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido". Portanto, nobre Deputado Cantídio Sampaio, Líder da ARENA, não só nós, do MDB, mas todos aqueles que clamam por anistia ampla, geral e irrestrita, a Ordem dos Advogados, a CNBB, a Igreja Católica, a ABI, as famílias dos mortos, dos desaparecidos, dos torturados, todos esses não pedem anistia para terroristas, porque não existem terroristas. Terroristas, no sentido clássico do termo, são aqueles que atentam contra um Estado legitimamente constituído, contra um Estado que foi buscar sua legitimidade na vontade popular. E isto não ocorre com os governantes deste País desde 1964. Que dirá, nobre Deputado Cantídio Sampaio, depois da edição do AI-5, em 1968, quando o fenômeno do chamado terrorismo, entre aspas, começou a se manifestar no Brasil. E não admitemos esse termo, aí, sim, pois fechados estavam todos os canais, fechada esta Casa, cassados Deputados, torturados Deputados, assassinados Deputados, como foi o Deputado Rubens Paiva, assassinados estudantes e trabalhadores nas masmorras do DOI-CODI. Contra esta ditadura, aí, sim, levantaram-se estes jovens muito cedo, com 18, 19, 20 anos, e hoje estão lá, nos cárceres do Rio de Janeiro, de São Paulo, em Itamaracá, há dez anos pagando pelo único crime,